

AJUSTE PROVOCARÁ RECESSÃO

Júlio Miragaya

O governo federal, pego de calças curtas pela crise econômica que assola as economias periféricas já não tão emergentes, viu-se obrigado pelos fatos a baixar o tom arrogante de seu discurso. Diante da espetacular fuga de capitais em agosto e setembro e da prevista redução do fluxo de capitais centro periferia, a equipe econômica de Fernando Henrique Cardoso percebeu que não poderia contar com capitais privados para fechar as contas externas neste ano e que a única alternativa seria recorrer aos recursos de organismos internacionais e do G-7. Desse modo, um acordo com o Fundo Monetário Internacional/Banco Mundial vem sendo costurado há algumas semanas. Com a vitória de Fernando Henrique no primeiro turno, o governo espera apenas a disputa do segundo turno nos estados para anunciar o novo "pacotão".

Contudo, como todos sabem, um acordo com o FMI pressupõe a implementação de certas medidas, assim como o controle e a monitoração do programa de ajustes. Também é óbvio que a "recomendação" principal do FMI será um rígido controle orçamentário nos planos federal, estadual e municipal.

Qual é o quadro atual das finanças públicas no Brasil? Em teleconferência dirigida a investidores internacionais, o diretor de Política Monetária do Banco Central, Francisco Lopes, afirmou que o País deve fechar 1998 com um superávit primário (receita menos despesas) de R\$ 300 milhões no conjunto do setor público, que inclui União (Tesouro, Banco Central e Previdência), estados, municípios e empresas estatais, o que revela uma situação de equilíbrio. Entretanto, depois de contabilizados os gastos com juros, que devem atingir R\$ 69,4 bilhões, o resultado é um déficit nominal do setor público que chegará a R\$ 69,1 bilhões (7,7% do Produto Interno Bruto).

O diretor do BC projeta também um crescimento de 19,8% da dívida líquida do setor público, que havia ficado em R\$ 308,4 bilhões em 1997 (34,5% do PIB) e deverá alcançar R\$ 369,4 bilhões de reais em dezembro deste ano (40,6% do PIB).

Até mesmo para os leigos fica evidente que o grande vilão do déficit público é o gasto com

juros, muito embora o governo continue batendo na tecla de que o que provoca o aumento são as despesas com a folha de pagamento dos servidores, a Previdência e os programas sociais. Tal argumento não tem a menor sustentação, pois os gastos com pessoal e encargos estão estacionados há três anos em torno de R\$ 45 bilhões e representam apenas 33% da receita total, enquanto nos estados os gastos com pessoal têm sido reduzidos, até mesmo por imposição da Lei Camata.

O fato é que os gastos com servidores, benefícios da Previdência, custeio e investimentos são perfeitamente cobertos pela arrecadação pública nos seus três níveis, tanto que o País ostenta superávit primário.

São os gastos com juros que geram esse imenso déficit público. O que o governo omite é que foi a sua irresponsável política econômica praticada nos últimos quatro anos de manutenção da taxa de juros em níveis elevados que fez com que a dívida pública atingisse níveis insustentáveis, comprometendo seriamente o equilíbrio do setor público. Mas há quem acredite no governo federal.

Até o dia 4 de outubro, o discurso do governo era de que não haveria pacotão nenhum. Hoje, com FHC reeleito, já se negocia abertamente com o FMI e o anúncio do acordo só aguarda o segundo turno, de modo a não prejudicar os candidatos governistas que estão em disputa nos estados.

Já se sabe, contudo, que a ajuda do Fundo deverá somar US\$ 30 bilhões, e, em contrapartida, o governo Fernando Henrique compromete-se a implementar um programa de arrocho fiscal com o objetivo de gerar um superávit primário de R\$ 24 bilhões, já em 1999. Esse programa combinará aumento de impostos e corte de gastos públicos, tais como a elevação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,2% para 0,3%; a prorrogação da vigência da alíquota de 27,5% no Imposto de Renda de pessoas físicas; a elevação da contribuição previdenciária dos funcionários públicos para 15% e a cobrança de contribuição dos inativos; a ampliação da parcela do FEF de 20% para 40%, significando um brutal corte nas transferências da União para estados e municípios; além da demissão de

milhares de funcionários públicos nos três níveis de governo.

A verdade é que todo esse arrocho, todo esse sacrifício imposto ao povo e à nação, que jogará o País na recessão, elevando ainda mais o nível de desemprego, visa garantir o pagamento de uma extraordinária conta de juros aos banqueiros e especuladores. Mas há aqueles que acreditam nas boas intenções do governo.

Nem mesmo com esse brutal arrocho, o problema se resolve. Estimativas do próprio mercado financeiro prevêem que a taxa média de juros em 1999 deverá se situar num patamar acima da taxa média de 1998. Como o estoque da dívida cresceu 20%, os gastos com juros, na melhor das hipóteses, deverão crescer 20% em 1999, chegando a R\$ 84 bilhões, ou 9,3% do PIB. Ou seja, o aumento da conta dos juros deverá engolir dois terços do superávit primário gerado. O mais incrível é que em relação a essa conta, grande vilã do déficit público, há apenas vagas intenções de reduzi-la, a partir da esperada queda da taxa de juros. Só que, ao não resolver o problema da forte dependência de capitais externos para financiar o enorme déficit em transações correntes, o próprio governo concorre para mantê-la em patamares elevados.

Em suma, o governo, que pratica a política Robin Hood ao contrário, tenta iludir o povo dizendo que vai reduzir o déficit público sem sacrificar os trabalhadores e a classe média e os mais ingênuos lembrarão do discurso de 23 de setembro, quando o presidente disse que "os que produzem e os setores menos favorecidos da população não podem ser penalizados, nem com a inflação nem com o custo do ajuste. Para defender o poder de compra dos assalariados, para baixar os juros e retomar o crescimento econômico, contem com minha energia e dedicação". Pois esses, que acreditaram e continuam acreditando que o custo do ajuste não recairá sobre seus ombros e por isso votaram em Fernando Henrique, diante dos resultados concretos das medidas do governo, desiludidos, talvez deixem de acreditar também em Papai Noel, Saci Pererê e Mula sem Cabeça.

■ Júlio Miragaya é presidente do Sindicato dos Economistas do Distrito Federal, diretor da Federação Nacional dos Economistas e coordenador de Análise Econômica da Codeplan

